

EMENDA Nº - CCJ
(ao PLP 68/2024)

Dê-se ao inciso XIII do *caput* do art. 177, ao inciso XXIV do § 1º do art. 178 e aos arts. 217 e 221 do Projeto a seguinte redação:

“Art. 177.
.....

XIII – previdência privada, composta de operações de administração e gestão da previdência complementar aberta;

.....”

“Art. 178.

§ 1º

.....

XXIV – entidades abertas de previdência complementar;

.....”

“Art. 217. Para fins de determinação da base de cálculo, na previdência complementar, aberta, de que trata o inciso XIII do *caput* do art. 177 desta Lei Complementar e no seguro de pessoas com cobertura por sobrevivência:

.....”

“Art. 221. As sociedades seguradoras, resseguradores, entidades abertas de previdência complementar e sociedades de capitalização deverão apresentar, na forma do regulamento, a título de obrigação acessória, as seguintes informações:

.....”

JUSTIFICAÇÃO

As Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC – a exemplo da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público da União - FUNPRESP, não têm finalidade financeira e não visam o lucro. Os recursos acumulados das EFPC são investidos em atividades econômicas que geram empregos e renda para a população brasileira e financiam a dívida pública de



longo prazo. Tributar as EFPC, pode caracterizar bitributação e prejudicar mais de 10 milhões de beneficiários, diretos e indiretos, podendo ocorrer aumento de contribuições e redução de benefícios. Muitas EFPC, a exemplo da FUNCEF e PETROS, já operam com déficits crônicos, onerando a União e milhares de participantes. Com a nova tributação, a situação poderá se agravar ainda mais.

As EFPC são instituídas em cumprimento do Art. 202 da Emenda Constitucional 20/1988, que criou o regime de previdência privada, de caráter complementar e regulada pela Lei Complementar 109/2001, que diz:

“Art. 31. As entidades fechadas são aquelas acessíveis, na forma regulamentada pelo órgão regulador e fiscalizador, exclusivamente:

II - § 1º As entidades fechadas organizar-se-ão sob a forma de fundação ou sociedade civil, sem fins lucrativos.

Art. 69. As contribuições vertidas para as entidades de previdência complementar, destinadas ao custeio dos planos de benefícios de natureza previdenciária, são dedutíveis para fins de incidência de imposto sobre a renda, nos limites e nas condições fixadas em lei.

§ 1º Sobre as contribuições de que trata o caput não incidem tributação e contribuições de qualquer natureza.

É relevante registrar que, o Supremo Tribunal Federal (STF), em setembro de 2003, por unanimidade reconheceu a diferença entre Entidades Fechadas de Previdência Complementar e Instituições financeiras, para efeito de cobrança de PIS e Cofins.

Sala da comissão, 15 de agosto de 2024.

Senador Irajá
(PSD - TO)

